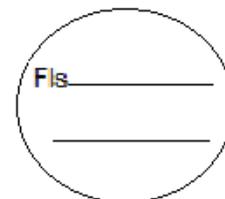




## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



### TERMO DE CONTRATO Nº 018 /2024

#### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE CONTAINER MARÍTIMO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

EDITAL Nº 005/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO, que fazem entre si o MUNICÍPIO DE RODEIRO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça São Sebastião, nº 215, Centro, CEP: 36.510-000, na cidade de Rodeiro-MG, inscrita no CNPJ sob nº 18.128.256/0001-44, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. José Carlos Ferreira, Brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº MG-4.680.424 – PC/MG, e CPF nº 610.085.406-68, residente e domiciliado na Rua Francisco de Assis Correa, nº 234, Boa Esperança, Rodeiro – MG, CEP 36.510-000, doravante denominado CONTRATANTE, a empresa **BAUHAUS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVIÇOS EIRELI**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.086.435/0001-87, sediado(a) na Av. Nove de Abril, 1960, Sala 23, Conj. 03, Centro, doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por Jefferson Barbosa Borges, conforme procuração apresentada nos autos ou ato constitutivo em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 002/2024, Processo Licitatório nº 010/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1 – CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

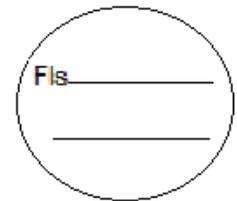
O objeto do presente instrumento é aquisição de container marítimo 40 pés HC, para uso como ambulatório veterinário, pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo:

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR						
RAZÃO SOCIAL	BAUHAUS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVIÇOS LDTA CNPJ/CPF: 06.086.435/0001-87				TOTAL	180.000,00
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	CONTAINER MARÍTIMO 40 PÉS HC ADAPTADO COMO UNIDADE DE CASTRAÇÃO: O CONTAINER DEVE CONTER 12,00 METROS DE COMPRIMENTO, 2,44 METROS DE LARGURA E 2,90 DE ALTURA. A ÁREA INTERNA SERÁ DIVIDIDA EM UMA ÁREA DE ESPERA COM BANHEIRO PNE, ÁREA DE ATENDIMENTO, SALA DE PRÉ/PÓS-OPERATÓRIO, SALA DE PARAMENTAÇÃO, CIRCULAÇÃO E SALA DE	1,00	UNID.	FRONT	180.000,0000	180.000,00



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



CIRURGIA. AS MEDIDAS DE CADA ESPAÇO ESTÃO INDICADAS NO LAYOUT DO PROJETO BÁSICO. AS ÁREAS DESTINADAS À SALA DE ESPERA E BANHEIRO PNE DEVERÃO TER, O PISO REVESTIDO EM PORCELANATO, PAREDES COM ISOLANTE TERMO ACÚSTICO COM PAINÉIS PSL-32 EM LÃ DE ROCHA PADRÃO DE QUALIDADE THERMAX®, AGLOMERADOS COM RESINAS ESPECIAIS, NA DENSIDADE NOMINAL DE 32 KG/M<sup>3</sup>, ACABAMENTO EM PLACA CIMENTÍCIA 6MM, COM APLICAÇÃO DE MASSA ACRÍLICA, PINTURA NA COR BRANCO GELO NAS PAREDES E BRANCO NEVE NO TETO. AS DEMAIS ÁREAS DEVERÃO TER, PISO EM ACABAMENTO EPÓXI LAVÁVEL, PAREDES COM ISOLANTE TERMO ACÚSTICO COM PAINÉIS PSL-32 EM LÃ DE ROCHA PADRÃO DE QUALIDADE THERMAX®, AGLOMERADOS COM RESINAS ESPECIAIS, NA DENSIDADE NOMINAL DE 32 KG/M<sup>3</sup>, ACABAMENTO EM PLACA CIMENTÍCIA 6MM, COM APLICAÇÃO DE MASSA ACRÍLICA, PINTURA NA COR BRANCO GELO NAS PAREDES E BRANCO NEVE NO TETO, (TINTA LAVÁVEL, LIQUIBRILHO). A PINTURA EXTERNA DEVERÁ SER EXECUTADA COM APLICAÇÃO DE PRIMER, SEGUIDO DE ESMALTE SINTÉTICO NA COR BRANCO ACETINADO.

AS JANELAS DEVERÃO CONTER VIDRO TEMPERADO FUMÊ DE 1,00 METRO DE LARGURA E 1,20 METROS DE ALTURA, PORTAS E PORTAIS METÁLICOS NA MEDIDA 2,10 METROS DE ALTURA E 0,80 METROS DE LARGURA. TODA ILUMINAÇÃO DEVERÁ SER COM LUMINÁRIAS DE LED TUBULAR 1,20 METROS COM 36 WATTS. AS LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA DEVERÃO TER AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 02 HORAS. AS TOMADAS DEVERÃO SER DISTRIBUÍDAS AO LONGO DE CADA AMBIENTE. O QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DEVE CONTER UM DISJUNTOR RESIDUAL. O CONTAINER DEVERÁ CONTER PONTO DE



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



ATERRAMENTO.OS ARES CONDICIONADOS DEVERÃO TER POTÊNCIA MÍNIMA DE 9.000 BTUS (05 UNIDADES), 01 EM CADA AMBIENTE SENDO: SALA DE ESPERA, SALA DE ATENDIMENTO, SALA DE PRÉ/PÓS-OPERATÓRIO, SALA DE PARAMENTAÇÃO E SALA DE CIRURGIA.DIMENSÕES MÍNIMAS DE CADA AMBIENTE:

SALA DE ESPERA: 2,00 METROS POR 2,25 METROS;

BANHEIRO PNE: 1,50 METROS POR 2,25 METROS;

SALA DE ATENDIMENTO: 2,72 POR 2,25 METROS;

SALA PRÉ/PÓS ATENDIMENTO: 1,75 POR 2,25 METROS;

SALA DE PARAMENTAÇÃO: 1,30 METROS POR 1,40 METROS;

CIRCULAÇÃO: 0,82 METROS DE LARGURA;

SALA DE CIRURGIA: 2,40 X 2,25;

SALA DE ESPERA:

BANHEIRO PNE COM VASO SANITÁRIO EM LOUÇA BRANCA EQUIPADO COM CAIXA ACOPLADA, DUAS BARRAS DE APOIO CURVAS DE 0,80 M E LAVATÓRIO SEM COLUNA EM LOUÇA BRANCA.

DUAS CADEIRAS ISO FIXA PRETA COM 81 CM DE ALTURA, 56 CM DE COMPRIMENTO E 48 CM DE PROFUNDIDADE COM CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 120 KG UNIFORMEMENTE DISTRIBUÍDOS.

SALA DE ATENDIMENTO:

MESA DE ATENDIMENTO COM 1,20 METROS DE COMPRIMENTO, 0,52 METROS DE LARGURA E 0,74 METROS DE ALTURA COM PÉS EM AÇO E CHAPA EM MDP E 1 CADEIRA ISO FIXA PRETA COM 81 CM DE ALTURA, 56 CM DE COMPRIMENTO E 48 CM DE PROFUNDIDADE COM CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 120 KG UNIFORMEMENTE DISTRIBUÍDOS.

MESA PARA PREPARAÇÃO PRÉ-OPERATÓRIO COM 1,50 METROS DE COMPRIMENTO, 0,70 METROS DE



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



LARGURA E 0,80 M DE ATURA, COM NICHOS ÚNICO E FURO CENTRAL PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E BALDE DE ALUMÍNIO PARA CAPTAÇÃO.

ARMÁRIO AÉREO EM AÇO PARA ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS DE 0,60 METROS DE LARGURA, 0,30 METROS DE PROFUNDIDADE E 0,60 METROS DE ALTURA ACIMA DA MESA DE ATENDIMENTO.

KIT DE DISPLAY COM PAPELEIRA, SABONETEIRA E ÁLCOOL EM GEL TAMANHO COMPACTO.

SUORTE OU GANCHO PARA MÁQUINAS DE TOSA E ASPIRADORES PORTÁTEIS, ACIMA DA MESA DE PREPARAÇÃO. 3 TOMADAS ACIMA DA MESA DE PREPARAÇÃO.

SALA DE PRÉ-OPERATÓRIO E PÓS-OPERATÓRIO:

LAVATÓRIO EM AÇO INOX 45X50 CM COM ACIONAMENTO POR PEDAL COM CUBA SIMPLES DE 36X34X14 CM.

GAIOLA PARA ATÉ 8 ANIMAIS, COM GRADE ARAMADA, COM NICHOS INDEPENDENTES E COM PORTAS SENDO TAMBÉM LAVÁVEIS. DIMENSÃO EM PLANTA DE 1,20 METROS DE COMPRIMENTO, 0,70 METROS DE LARGURA E 0,45 M DE PROFUNDIDADE.

SALA DE PARAMENTAÇÃO:

LAVATÓRIO EM AÇO INOX 45X50 CM COM ACIONAMENTO POR PEDAL COM CUBA SIMPLES DE 36X34X14 CM.

2 SUPORTES TIPO GANCHOS (3 GANCHOS NO MÍNIMO) PARA VESTUÁRIO, UM PRÓXIMO AO LAVATÓRIO E OUTRO NA PAREDE MAIS DISTANTE DO LAVATÓRIO.

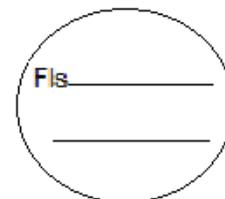
SALA DE CIRURGIA:

MESA CIRÚRGICA EM AÇO INOXIDÁVEL: 1,30 METROS DE COMPRIMENTO, 0,70 METROS DE LARGURA E 0,88 M DE ALTURA, COM NICHOS ÚNICO E FURO



## MUNICIPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



<p>CENTRAL PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E BALDE DE ALUMÍNIO PARA CAPTAÇÃO.</p> <p>GABINETE AUXILIAR EM AÇO INOXIDÁVEL: 0,90 METROS DE COMPRIMENTO POR 0,30 METROS DE LARGURA.</p> <p>CARRINHO COM KIT DE ANESTESIA PADRÃO HIPNOS COM VENTILADOR 16 LITROS.</p> <p>FOCO DE LUZ CIRÚRGICA AUXILIAR: TIPO REFLETOR LED, 25 WATTS, MONTADO EM SUPORTE ARTICULADO PRÓXIMO À MESA DE CIRURGIA.</p>					
--	--	--	--	--	--

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 A Proposta da contratada; e
- 1.2.3 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2 – CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados da assinatura do instrumento contratual ou equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante justificativa, caso o objeto não seja concluído no prazo inicial previsto.

### 3 – CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1 A entrega do objeto licitado deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da referida ordem emitida pelo Setor de Compras/Licitações com a apresentação da respectiva N. F. (nota fiscal), no horário de 8:00 às 17:00 horas.

3.1.1 A Contratada deverá entregar o bem com todos os acessórios internos instalados, bem como instalar o container na base que será disponibilizada pelo Município de Rodeiro.

3.2 Caso não seja possível a entrega e instalação na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02) dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3 O bem deverá ser entregue no seguinte endereço:

3.3.1 Rua Manoel Lino Centro sentido a zona rural  
Coordenadas geográficas (21,198465º Sul, 45,858589º O

3.4 Não será aceito equipamento em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.



## MUNICIPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



3.5 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, embalagens, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição, entrega e instalação do equipamento cotado, bem como transporte, custos, guarda até a entrega total do objeto, testes, leis sociais e tributos.

3.6 O equipamento mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, caso comprovada a pré-existência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte e instalação que comprometam a integridade do mesmo.

3.7 O prazo de garantia contratual do bem, é de no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.8 A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.9 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do bem pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.10 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo bem, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.11 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.12 Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição do bem que apresentar vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

3.13 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

3.14 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

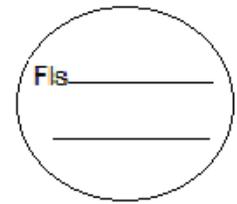
3.15 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do equipamento.

3.16 O custo referente ao transporte do equipamento cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



3.17 A garantia contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.18 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.19 As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.20 O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.21 São obrigações da contratada:

3.21.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.21.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.21.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.21.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.21.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais/peças nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.21.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

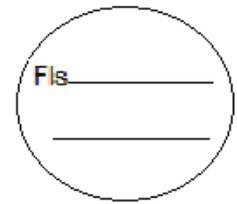
3.21.1.6 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede da contratada; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

3.21.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



## MUNICIPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



3.21.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega do objeto contratual.

3.21.1.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.21.1.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.21.1.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.21.1.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

3.21.1.13 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

3.21.1.14 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

3.21.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.21.1.16 Proceder à entrega do equipamento, em no máximo 90 (noventa dias) dias contados da emissão da Ordem de Fornecimento por parte da Secretaria Municipal Requisitante.

3.22 São obrigações do Município:

3.22.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

3.22.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.22.3 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

3.22.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

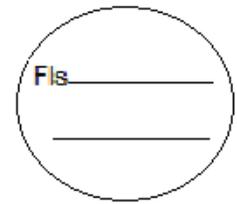
3.22.5 Efetuar o pagamento a contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

3.22.6 Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e no Contrato;



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



3.22.7 Cientificar a assessoria jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;

3.22.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

3.22.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

3.22.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.23 A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada e gerida conforme segue:

3.23.1 Pela Secretaria Municipal de Saúde:

Gestor do Contrato: Leandro de Oliveira Pinto

Fiscal do Contrato: Leandro José Teixeira Contin

3.24 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com anotação no histórico de gerenciamento de todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.25 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.26 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.27 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.28 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

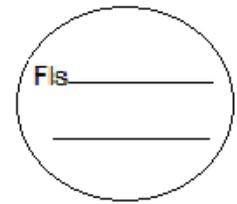
3.29 O gestor de contrato analisará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.30 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência

3.31 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.32 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.33 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 4 – CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 5 – CLÁUSULA QUINTA - VALOR

5.1 O valor total da aquisição é R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 6 – CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O pagamento será realizado da seguinte forma:

6.1.1 Após a entrega dos produtos, Recebimento Definitivo, e Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

6.2 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

### 7 – CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento, em -----

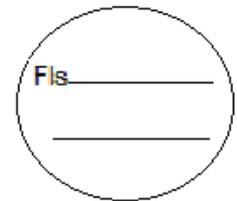
7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### 8 – CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



8.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.5 É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

### **9 – CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **10 – CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

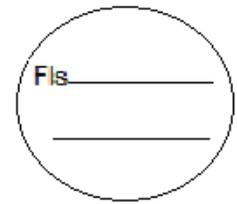
10.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 Fraudar a licitação



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 Advertência;

10.2.2 Multa;

10.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 As peculiaridades do caso concreto

10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida em percentual de 1% (um por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.2.1 ao 11.1.2.5, a multa será de 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.3 ao 11.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

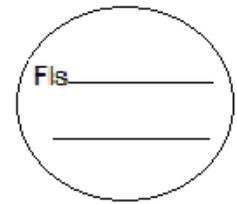
10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Rodeiro, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4,



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município de Rodeiro.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto.

11.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

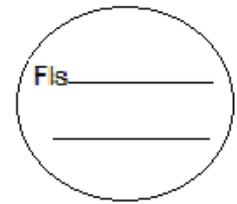
a) Ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a execução contratual.



## MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



11.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3 Indenizações e multas.

11.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação: 02.0008.0000.10.305.048.3072.44905200

### **13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

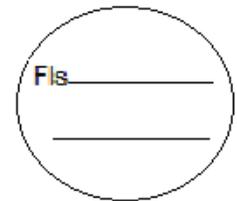
14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO**



## MUNICIPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG  
CEP: 36.510-000 CGC: 18.128.256/0001-44



15.1 O CONTRATANTE deverá promover a publicação do presente termo de contrato, obedecendo aos prazos previstos, estabelecidos pela Lei nº. 14.1333/21. e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal da Cidade de Rodeiro, assim como com relação à Lei Municipal nº 581/2022.

### 16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Ubá - MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por se acharem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Rodeiro, 10 de abril de 2024.

---

**José Carlos Ferreira**  
Prefeito Municipal

---

**Jefferson Barbosa Borges**  
BAUHAUS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVIÇOS EIRELI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
CPF:

2. \_\_\_\_\_  
CPF: